

**N**ada mais complicado e difícil do que uma decisão simples, necessária e por todos desejada, que é a de controle e proibição da posse e do porte de armas.

A cada momento nascem argumentos absurdos, sob o manto da emoção e da racionalidade, como o de que proibir armas é dar aos bandidos o monopólio delas. Que os bandidos já andam armados e que as possíveis vítimas ficam indefesas, sem elas.

Nada mais falso. A lei não é feita para os bandidos; estes já estão fora da lei. O que se deseja é que não se transformem em bandidos os cidadãos que, com a permissividade das armas, sem querer, acabam virando criminosos.

As estatísticas mostram que 75% dos crimes de homicídio são cometidos por porte ocasional de armas de fogo, que não seriam cometidos se a pessoa não estivesse armada. O mesmo valor



**JOSÉ SARNEY**

PRESIDENTE DO SENADO

se repete noutra estatística: 75% das vítimas e autores de homicídio estão na faixa etária entre 18 e 25 anos. Os moços estão matando e morrendo.

Para enfrentar a necessidade de instrumentos legais capazes de interferir nesse processo, mais de 60 projetos de lei estão em tramitação na Câmara e no Senado, tratando do assunto. Para encontrar uma solução rápida, que respondesse à urgência do problema, Câmara e Senado se reuniram em uma Comissão Conjunta para consolidar todas as iniciativas em andamento e fazer um substitutivo que atendesse às

demandas da sociedade.

O mês de julho, do recesso, foi ocupado nesse trabalho. Saiu uma decisão final, com aplausos gerais e apoio da sociedade.

Três meses já se passaram e não aconteceu nada. O acordo foi rompido e setores da Câmara fazem resistência a disciplinar o porte e a posse de armas.

A consciência nacional exige uma decisão. O Rio de Janeiro, vítima desse processo, movimenta-se e faz uma manifestação exemplar, com milhares e milhares de brasileiros, tendo a participação do ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para pedir o fim das armas.

Todos se indagam: por que não banir as armas? Por que não dedicarmos um dia a um mutirão nacional pelo desarmamento? O que impede a votação do projeto?

Não há explicação lógica para postergar tanto.

Criam-se discussões paralelas e artificiais para fugir do núcleo da

questão.

Modifica-se e deseja-se que o porte ilegal de arma seja crime afiançável. Isto é, a pessoa que é presa com uma arma defende-se com o pagamento de fiança, 50 reais. Sai, fica solta, compra outra arma, e continua disponível para se tornar mais um criminoso.

Uma das medidas propostas é consultar o povo, num plebiscito sobre se os brasileiros querem ou não a licenciosidade das armas. Retira-se do texto essa medida, nem aos brasileiros se deseja ouvir.

Nesse clima e nessa confusão inexplicável, nada se faz. Continua a violência, continua a insegurança e fica o apelo terrorista: "Armem-se uns aos outros", em vez de "amem-se uns aos outros".

Quando vamos comemorar adeus às armas?

*O senador José Sarney (PMDB-AP) escreve nesta página às sextas-feiras*